

EXMO. SR. MINISTRO RELATOR LUIZ FUX, DO COLENDO STF

Referência: ACO nº 2.757/RJ

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, nos autos em tela, em que contende com a **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, vem perante V. Exa., por seus advogados que esta subscrevem, apresentar suas **RAZÕES FINAIS**, nos termos que se seguem.

1. DOS FATOS.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE é uma sociedade de economia mista criada por meio do Decreto-lei estadual nº 39/75 como resultado da fusão da Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ).

A CEDAE realiza as atividades de captação, tratamento, adução e distribuição de água, bem como a coleta, o transporte e o tratamento de esgotos gerados na maioria dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, **fazendo-o por delegação legal direta.**

A Autora vem recolhendo todos os tributos exigidos pelos entes federados, inclusive o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. De fato, apenas em 2014, foram recolhidos cerca de R\$ 300 milhões a título de IRPJ.

Contudo, a exigência é indevida, eis que a CEDAE é uma sociedade de economia mista atípica, que mais se aproxima de uma empresa pública (**99,9996%** do seu capital pertencem ao Estado do Rio de Janeiro) e

que presta serviços públicos essenciais a toda a coletividade, beneficiando-se, por isso, da imunidade recíproca.

Diante disso, propôs a Autora a presente ação, para que fosse declarado o seu direito à imunidade do art. 150, VI, “a”, da Constituição e o seu direito à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos cinco anos anteriores à propositura da ação, bem como durante o seu curso.

Citada, a União apresentou contestação, alegando que:

- i) preliminarmente, a ação não poderia ser conhecida, eis que não haveria conflito federativo no caso em apreço;
- ii) no mérito, o pedido deveria ser julgado improcedente, visto que a imunidade recíproca não poderia ser aplicada às sociedades de economia mista, conforme Súmula nº 76 desta Corte;
- iii) ademais, as sociedades de economia mista não poderiam ser equiparadas às empresas públicas, pois atuariam como os particulares, explorando atividades econômicas e recebendo contraprestação, o que impediria a aplicação da imunidade;
- iv) *in casu*, não poderia ser aplicado o entendimento firmado na ACO nº 765/RJ, que tratou da imunidade tributária dos Correios, pois a ECT presta serviço público monopolizado, por imperativo constitucional, ao passo que, no caso da CEDAE, o regime de exclusividade pode ser revisto a qualquer momento;
- v) outrossim, ainda que hoje a CEDAE tenha seu capital controlado pelo Estado do Rio de Janeiro à razão de 99,9996%, nada impediria que, no futuro, a participação do Estado fosse reduzida e ingressassem mais particulares em seu quadro societário;
- vi) por fim, deveria ser aplicado ao presente caso o entendimento a ser firmado por este Tribunal nos autos do RE nº 600.867/SP, no qual se discute a imunidade tributária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

As alegações não merecem guarida, conforme se demonstrará.

2. DO CABIMENTO DA AÇÃO.

Inicialmente, afirma a União que a presente ação não poderia ser conhecida, eis que não estaria presente qualquer conflito federativo.

Contudo, a alegação não prospera, visto que há claro conflito entre a Autora, entidade da administração indireta estadual, e a Ré (União), o qual se amolda perfeitamente à dicção do art. 102, I, “f”, da Carta de 1988.

Frise-se, ademais, que a jurisprudência desta Corte é pacífica quanto ao cabimento da ação cível originária em casos como o presente, como se constata das ementas abaixo transcritas, todas relativas ao reconhecimento da imunidade de entidades da administração indireta:

“Ação Cível Originária. Questão de ordem. Ação declaratória envolvendo o Banco Central do Brasil e o Distrito Federal. Direito Tributário. Imunidade recíproca. Ameaça de conflito federativo. Competência originária do STF. Art. 102, I, f, CF. Sendo a imunidade recíproca uma forma de manifestação do princípio federativo, possui o conflito em questão estreita ligação com o pacto da Federação, hipótese em que esta Corte tem reconhecido, excepcionalmente, sua competência originária, no exercício outorgado pelo art. 102, I, f da CF. (...)” (STF, Pleno, ACO nº 515 QO/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ 27.09.2002)

“Constitucional. Competência Supremo Tribunal Federal. Ação Cível Originária. Art. 102, I, ‘f’, da Constituição do Brasil. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT. Empresa pública. Prestação de serviço postal e correio aéreo nacional. Serviço público. Art. 21, X, da Constituição do Brasil. (...) 4. O fato jurídico que deu ensejo à causa é a tributação de bem público federal. A imunidade recíproca, por sua vez, assenta-se basicamente no princípio da Federação. Configurado conflito federativo entre empresa pública que presta serviço público de competência da União e Estado-membro, é competente o Supremo Tribunal Federal para o julgamento da ação cível originária, nos termos do disposto no artigo 102, I, ‘f’, da Constituição. (...)” (STF, Pleno, ACO nº 765 QO/RJ, Rel. p/ acórdão Min. EROS GRAU, DJe 06.11.2008)

“Ação Cível Originária. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Tributo instituído por lei estadual (IPVA). Pretendido reconhecimento da imunidade tributária recíproca. Conflito de interesses entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Estado de São Paulo. Litígio que se submete, por efeito de potencial lesão ao princípio federativo, à esfera de competência originária do Supremo Tribunal Federal. Harmonia e equilíbrio nas relações institucionais entre os Estados-membros e a União Federal, inclusive entre aqueles e empresas governamentais, como a ECT. (...)” (STF, Pleno, ACO nº 803 AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 11.02.2015)

Claro, dessarte, o cabimento desta ação.

3. DO MÉRITO.

No mérito, a ação deve ser provida.

3.1. As atividades de saneamento básico.

Como visto acima, a Autora realiza as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos.

Tais atividades têm especial relevância, pois garantem o direito à saúde e à vida e, em última instância, a dignidade da pessoa humana.

Tanto é verdade que, em 28.07.2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 64/292, declarou que o acesso à água potável e ao saneamento é um **direito humano essencial** para que o indivíduo possa gozar plenamente da vida e dos outros direitos humanos.

No ordenamento jurídico brasileiro, também se reconhece a importância de tais atividades, tendo a Constituição atribuído à União competência para instituir as diretrizes para o saneamento (art. 21, XX).

Nesse ensejo foi editada a Lei nº 11.445/2007, que define o “saneamento básico” como todo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais voltadas: (i) ao abastecimento de água potável; (ii) ao esgotamento sanitário; (iii) à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos; e (iv) à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (art. 3º, I).

Nos termos do art. 2º, *caput*, do diploma em comento, **todos os serviços acima listados qualificam-se como serviços públicos**, dada a sua importância para a sociedade. Como leciona CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO¹, o serviço público pode ser definido como:

“(...) toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais -, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo.”

Ressalta o autor que a própria Constituição atribui alguns serviços à alçada dos Poderes Públicos federal, estadual e municipal, tornando-os obrigatoriamente “serviços públicos”. Acrescenta que:

“(...) muitos serviços públicos serão da alçada exclusiva dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios, assim como outros serão comuns à União e a estas diversas pessoas. Por exemplo: ‘cuidar da saúde e assistência

¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, pp. 665-666.

pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência' (art. 23, II), ou 'proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência' (art. 23, V), 'promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico' (art. 23, IX)."

Dado o seu caráter público, os serviços de saneamento devem pautar-se pela universalização, transparência, eficiência, segurança, disponibilidade, qualidade e regularidade, conforme art. 2º da Lei nº 11.445/07.

Em linha com o objetivo de universalização, a Lei nº 11.445/07 também prevê que as tarifas sejam fixadas de modo a garantir o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária (art. 22, IV).

Assim, como exemplo de medida voltada à universalização, tem-se a Tarifa Social: uma tarifa reduzida aplicada a comunidades carentes e conjuntos habitacionais destinados a moradores de baixa renda.

Conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 11.445/07, os titulares dos serviços públicos de saneamento básico podem delegar a sua prestação a outras entidades, obedecendo à disciplina do art. 241 da Constituição.

Nesse caso, o Estado transfere a uma entidade a competência para executar o serviço, sujeitando-a a intenso controle e a diversas restrições regulamentares. A natureza do serviço, porém, não se modifica. O serviço continua a ser público, mas executado de forma descentralizada.

É o que também ensina HELY LOPES MEIRELLES²:

"(...) há delegação quando do Estado transfere, por contrato (concessão) ou ato unilateral (permissão ou autorização), unicamente a execução do serviço, para que o delegado o preste ao público em seu nome e por sua conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal. (...) o serviço continua sendo público ou de utilidade pública, apenas descentralizado, contudo, sempre sujeito aos requisitos originários e sob regulamentação e controle do Poder Público que os descentralizou."

Este é exatamente o caso da CEDAE, criada sob a forma de sociedade de economia mista, cujo capital social pertence ao Estado do Rio de Janeiro à razão de **99,9996%**, a quem foram **delegados diretamente por lei e com exclusividade** os serviços públicos de saneamento básico da maioria dos Municípios daquele Estado.

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 18ª ed. São Paulo: RT, 1993, p. 305.

Por ser uma entidade da Administração Pública Indireta, a Autora está sujeita a diversas restrições, tais como os deveres de contratar funcionários mediante concurso público (art. 37, II, da CF/88) e de realizar licitações para a contratação de obras, serviços, compras ou alienações (art. 37, XXI, da CF/88), entre outros.

Por outro lado, a CEDAE detém prerrogativas não extensíveis ao setor privado, como a de promover as desapropriações necessárias à consecução de seus objetivos (art. 3º do Decreto-Lei estadual nº 39/75), o que mais uma vez a estrema das empresas particulares.

As atividades da Autora são exaustivamente reguladas (Decreto estadual nº 553/76) e estão sujeitas ao crivo da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, por força do Decreto nº 45.344/15.

Em especial, o Decreto estadual nº 553/76 estabelece as regras da sua política tarifária, prevendo que o Poder Executivo, mediante proposta da CEDAE, fixará o valor da tarifa unitária, de forma a atender às despesas de operação e manutenção e às despesas financeiras decorrentes dos investimentos que se fizerem necessários à ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (art. 97).

Como se pode ver, a Autora está sujeita a diversas restrições e possui também prerrogativas não aplicáveis ao setor privado, justamente por integrar a Administração e prestar serviços de natureza pública. E não há aqui violação à Constituição, como salienta HELY LOPES MEIRELLES³:

"Vê-se que a sociedade de economia mista é, apenas, um instrumento administrativo de descentralização de serviços públicos ou de atividades de interesse coletivo. (...) Observe-se que a Constituição da República não impõe forma a qualquer empresa estatal, nem lhe discrimina o objeto; apenas condiciona a que, quando o Estado a incumbir de alguma atividade econômica, só poderá explorá-la em igualdade de condições com as empresas particulares e em caráter suplementar da iniciativa privada.

*(...) Mas isto não impede que o Estado traspasse à sociedade de economia mista serviços públicos compatíveis com a natureza da instituição, mesmo que não consubstanciem atividades econômicas, e, neste caso, **po-de operá-los em condições diversas das da iniciativa privada, pois não haverá qualquer ofensa à ordem econômica e social**, sob cujo título se inscreve a vedação constitucional (...)."*

³ Ibidem, p. 332.

Isso é especialmente verdadeiro no caso da Autora, visto que suas atividades estão submetidas ao regime de exclusividade, de modo que **não concorre com empresas do setor privado.**

3.2. A imunidade recíproca da CEDAE.

Argumenta a União que a imunidade não poderia ser reconhecida às sociedades de economia mista, conforme Súmula nº 76 desta Corte.

Alega também que tais sociedades não poderiam ser equiparadas às empresas públicas, uma vez que atuariam como os particulares, explorando atividades econômicas e recebendo contraprestação dos usuários.

Contudo, as alegações não procedem.

Em primeiro lugar, porque a jurisprudência consolidada por meio da Súmula nº 76 encontra-se há muito tempo superada por esta Corte.

De fato, este Tribunal já reconheceu a imunidade de várias empresas públicas e sociedades de economia mista, ressaltando a inaplicabilidade dos arts. 150, § 3º, e 173, §§ 1º e 2º, da Constituição a tais casos.

E não poderia ser diferente, pois é necessário distinguir as empresas públicas e sociedades de economia mista voltadas à exploração de atividades econômicas daquelas dedicadas à consecução de fins públicos.

Enquanto as primeiras perseguem o lucro, as últimas atuam como *longa manus* do Estado, agindo em nome deste para a consecução do bem comum. Assim, apenas quanto à forma são pessoas de Direito Privado, vez que, no fundo, são pessoas administrativas, instrumentos do Estado.

É o que já reconheceu este Tribunal:

“INFRAERO. Empresa Pública Federal vocacionada a executar, como atividade-fim, em função de sua específica destinação constitucional, serviços de infra-estrutura aeroportuária. (...) A submissão ao regime jurídico das empresas do setor privado, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributárias, somente se justifica, como consectário natural do postulado da livre concorrência (CF, art. 170, IV), se e quando as empresas governamentais explorarem atividade econômica em sentido estrito, não se aplicando, por isso mesmo, a disciplina prevista no art. 173, § 1º, da Constituição, às empresas públicas (caso da INFRAERO), às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que se qualifiquem como delegatárias de serviços públicos.” (STF, 2ª Turma, RE nº 363.412 AgR/BA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 18.09.2008)

“Casa da Moeda do Brasil (CMB). Empresa governamental delegatária de serviços públicos. (...) **A delegação da execução de serviço público, mediante outorga legal, não implica alteração do regime jurídico de Direito Público, inclusive o de Direito Tributário, que incide sobre referida atividade.** Consequente extensão, a essa empresa pública, em matéria de impostos, da proteção constitucional fundada na garantia da imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, VI, ‘a’). (...)” (STF, 2ª Turma, RE nº 610.517 AgR/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 20.06.2014)

“(...) Isenção conferida em favor de imóvel de uma **sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos exclusivos** – CBTU. Inaplicabilidade da vedação constante do art. 173, § 2º, da Constituição Federal. Precedentes. O Tribunal de origem consignou que **o serviço prestado pela agravada é público, indisponível e prestado em regime de exclusividade.** Dessa forma, mostra-se inaplicável a vedação de que trata o art. 173, § 2º, da Constituição Federal.” (STF, 1ª Turma, ARE nº 816.538 AgR/MG, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe 18.11.2014)

In casu, os serviços prestados pela CEDAE, voltados ao fornecimento de água e à coleta e ao tratamento de esgotos sanitários, são **públicos, indisponíveis e prestados em regime de exclusividade, por delegação legal direta (sem licitação).**

Logo, impõe-se o reconhecimento da imunidade tributária.

Vale ressaltar que o reconhecimento da desoneração jamais teria o condão de favorecer o acúmulo de lucros, públicos ou privados.

Isso porque as tarifas cobradas pela CEDAE não são fixadas livremente pela companhia, mas devem seguir o disposto no Decreto estadual nº 553/76, o qual estabelece o regulamento do seu sistema tarifário.

Nos termos do referido diploma, a tarifa deve ser calculada em conformidade com os custos efetivamente incorridos pela sociedade, os quais incluem os encargos tributários incidentes sobre as suas atividades.

Ora, se é assim, o reconhecimento da imunidade tributária repercutirá diretamente na tarifa cobrada dos seus usuários, que será reduzida, atendendo assim ao propósito de assegurar a modicidade tarifária.

É dizer, a imunidade não gerará o acúmulo de lucros, mas contribuirá para a consecução do fim público de universalização do acesso aos serviços essenciais de fornecimento de água e de saneamento básico.

Isso sem falar que a desoneração também não impactará a livre concorrência, visto que a CEDAE opera em regime de exclusividade.

Com isso, estão preenchidos todos os requisitos impostos pela jurisprudência desta Corte para o reconhecimento da imunidade, a saber:

- a) benefício exclusivo a bens e serviços utilizados na satisfação dos fins institucionais iminentes do ente federado, cuja tributação poderia colocar em risco a respectiva autonomia política;
- b) inaplicabilidade do favor constitucional a atividades de exploração econômica, destinadas primordialmente a aumentar o patrimônio do Estado ou de particulares; e
- c) preservação da livre-concorrência.

Ante o exposto, deve ser reconhecida a sua imunidade.

Vale ressaltar que a jurisprudência desta Corte é pródiga em decisões que reconheceram a imunidade das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista voltadas à prestação dos serviços de saneamento básico. Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado:

“Agravado Regimental em Recurso Extraordinário com Agravado. Sociedade de economia mista. Serviço de saneamento. Imunidade recíproca reconhecida. Preenchimento dos requisitos. (...) É firme o entendimento desta Corte no sentido de que a imunidade recíproca é aplicável às sociedades de economia mista prestadoras de serviço de distribuição de água e saneamento, tendo em vista que desempenham atividade de prestação obrigatória e exclusiva do Estado. (...)” (STF, 1ª Turma, ARE nº 763.000 AgR/ES, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe 29.09.2014)

O entendimento foi confirmado de forma indiscrepante em diversos outros julgados deste Tribunal, tais como: **RE nº 741.938 AgR/MG**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 08.10.2014; **RE nº 598.912 AgR/MG**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 20.03.2013; **RE nº 631.309 AgR/SP**, Rel. Min. AYRES BRITTO, DJe 25.04.2012; **RE nº 672.187 AgR/MG**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe 20.04.2012; **RE nº 486.306 AgR-segundo/MG**, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, DJe 05.03.2012; **RE nº 482.814 AgR/SC**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 13.12.2011; **RE nº 399.307 AgR/MG**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe 29.04.2010, dentre muitos outros.

Frise-se, por fim, que, ao contrário do que afirma a União, a hipótese em apreço **não se confunde com a discussão travada no RE nº 600.867/SP**, no qual se analisa a imunidade tributária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, uma vez que lá trata-se de sociedade que possui participação acionária dispersa e com relevante presença do setor privado, ao passo que o presente caso trata de empresa cujo capital é quase integralmente controlado pelo Estado do Rio de Janeiro.

A distinção é relevante e foi inclusive salientada pela decisão que reconheceu a repercussão geral naquele processo:

“Imunidade Tributária Recíproca. Sociedade de economista mista. Participação acionária dispersa e negociada em bolsa de valores. Exame da relação entre os serviços públicos prestados e o objetivo de distribuição de lucros a investidores públicos e privados como elemento determinante para aplicação da salvaguarda constitucional. (...)”

Tem repercussão geral a questão consistente em saber se a imunidade tributária recíproca se aplica a entidade cuja composição acionária, objeto de negociação em Bolsas de Valores, revela inequívoco objetivo de distribuição de lucros a investidores públicos e privados.”

O presente caso encaixa-se à perfeição no precedente do RE nº 580.264/RS, decidido sob a sistemática da repercussão geral (Pleno, Rel. para o acórdão Min. AYRES BRITTO, DJe 06.10.2011), a saber:

“Constitucional. Tributário. Recurso Extraordinário. Repercussão geral. Imunidade tributária recíproca. Sociedade de economia mista. Serviços de saúde.

1. A saúde é direito fundamental de todos e dever do Estado (arts. 6º e 196 da Constituição Federal). Dever que é cumprido por meio de ações e serviços que, em face de sua prestação pelo Estado mesmo, se definem como de natureza pública (art. 197 da Lei das leis).

2. A prestação de ações e serviços de saúde por sociedades de economia mista corresponde à própria atuação do Estado, desde que a empresa estatal não tenha por finalidade a obtenção de lucro.

3. As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária prevista na alínea ‘a’ do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

3. Recurso extraordinário a que se dá provimento, com repercussão geral.”

Quanto a esse ponto, alega a União que o precedente não seria aplicável ao presente caso, pois diria respeito à situação muito específica, relativa a empresa cujas ações pertenciam à União à razão de 99,99%.

No entanto, a alegação é descabida, vez que as ações da CE-DAE, como já apontado acima, pertencem ao Estado do Rio de Janeiro à razão de 99,9996%. Ademais, no presente caso, também trata-se de sociedade voltada à prestação de serviços públicos essenciais à coletividade.

Logo, não há dúvida quanto à similaridade das situações tratadas e, conseqüentemente, à aplicabilidade do precedente a este caso.

Sustenta também a União que a imunidade não poderia ser reconhecida, eis que a composição acionária da CEDAE pode ser alterada a

qualquer momento, com o ingresso de outros particulares em seu quadro societário, assim como pode ser revogado o seu regime de exclusividade.

Contudo, a alegação não prospera.

Isso porque a sentença a ser aqui proferida só gerará efeitos enquanto não modificados os pressupostos de fato e de direito que a embasaram. Trata-se da aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*, reconhecida pela lei processual (art. 505, I, do CPC/15) e pela jurisprudência desta Corte.

Assim, a mera possibilidade de alteração futura do regime a que está sujeito a Autora ou do seu quadro societário não impede o reconhecimento da imunidade. Como bem ressaltou o Pleno em recente julgado: “são (...) premissas que, juntamente com o dispositivo do *decisum*, formam a coisa julgada, não havendo, destarte, que se falar que a mera possibilidade de alteração no quadro societário da empresa seria impedimento à prolação de decisão concessiva da imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista.” (STF, ACO nº 2.243 AgR-segundo/DF, DJe 25.05.2016)

Naquele julgado, o STF reconheceu a imunidade tributária de sociedade de economia mista voltada à prestação do serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Veja-se a ementa abaixo:

“Agravos regimentais em ação cível originária. Imunidade tributária recíproca. Artigo 150, VI, a, da CF/88. Possibilidade de reconhecimento a sociedade de economia mista, atendidos os pressupostos fixados pelo Supremo Tribunal Federal. (...) 2. É possível a concessão de imunidade tributária recíproca à Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), pois, em que pese ostentar, como sociedade de economia mista, natureza de ente privado: (i) executa serviço público de abastecimento de água e tratamento de esgoto; e (ii) o faz de modo exclusivo; (iii) o percentual de participação do Estado de Alagoas no capital social da empresa é de 99,96%; (iv) trata-se de empresa de capital fechado. (...)” (STF, Pleno, ACO nº 2.243 AgR-segundo/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 25.05.2016)

O mesmo entendimento deve ser aplicado *in casu*, visto que a CEDAE presta serviços públicos em caráter de exclusividade, é controlada pelo Estado do Rio de Janeiro à razão de 99,9996% do seu capital e suas ações ordinárias são nominativas e não estão listadas em bolsa de valores.

4. DO PEDIDO.

Ante o exposto, reitera a Autora o pedido de procedência desta ação, para que seja declarado, para todos os fins, o seu direito à imunidade do art. 150, VI, “a”, da Constituição de 1988, bem como o seu direito à resti-

Sócios – Partners

Sacha Calmon Navarro Coêlho | Misabel de Abreu Machado Derzi
Igor Mauler Santiago | Valter Lobato | Paula Derzi Botelho | André Mendes Moreira
Juliana Junqueira Coelho | Eduardo Junqueira Coelho | João Flávio Machado
Andréa Bedran | Arnaldo Paiva | Mônica Barros | Gabriel Amarante | Guilherme Quintela
Tiago Conde | Patrícia Gaia | Frederico Breyner | Fernando Moura | Alice Gontijo

SACHA CALMON
MISABEL DERZI
CONSULTORES E ADVOGADOS

tuição dos valores pagos a título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ação, bem como durante o seu curso.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 08 de setembro de 2016.

SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO
OAB/SP nº 249.347-A

MISABEL ABREU MACHADO DERZI
OAB/SP nº 255.384-A

IGOR MAULER SANTIAGO
OAB/SP nº 249.340-A

TIAGO CONDE TEIXEIRA
OAB/DF nº 24.259

CAROLINA SCHÄFFER F. JORGE
OAB/SP nº 306.594

Belo Horizonte – MG
Alameda da Serra, 119, 12º e 13º andares
Cep 34000-000. Vale do Sereno
Nova Lima
Tel 31 3289-0900
Fax 31 3285-3387
bh@sachacalmon.com.br

Rio de Janeiro – RJ
Rua Visconde de Pirajá, 303
Grupo 904-912
Cep 22410.003. Ipanema
Tel/Fax 21 3212-0100
rj@sachacalmon.com.br

São Paulo – SP
Alameda Jaú, 1742, 15º andar.
Cep 01420-904. Jardim Paulista
Tel/Fax 11 3061-1665
sp@sachacalmon.com.br

Brasília – DF
SHS Quadra 06 conj. A Bloco A
Sala 601 Ed. Brasil XXI- Asa Sul
Cep 70316-100 Brasília- DF
Tel/Fax 61 3224-1655
df@sachacalmon.com.br